

Artigos de Revisão

O Desenvolvimento do Paradesporto no Brasil: uma revisão integrativa¹

The development of parasport in Brazil: An integrative review

El desarrollo del paradeporte en Brasil: Una revisión integradora



Themis Cristina Mesquita Soares

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil
themissoares@uern.br



Maria do Desterro Ciriaco de Souza

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil
desterrosouza2014@gmail.com



Sara Taciana Firmino Bezerra

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pereiro, Ceará, Brasil
Sarataciana@uern.br

Resumo: O artigo tem como objeto analisar o desenvolvimento do paradesporto no Brasil a partir de uma revisão integrativa, uma vez que uma pesquisa voltada ao desenvolvimento do paradesporto é de extrema importância tanto em relação às produções acadêmicas na área como para a visibilidade das questões relacionadas à participação da pessoa com deficiência no esporte. Para responder à questão proposta, utilizou-se as plataformas: Periódicos Capes, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Tivemos como amostra 14 trabalhos. A partir da análise do material encontrado foi possível identificar que o desenvolvimento do paradesporto está relacionado a três fatores, que denominamos no texto como facilitadores, barreiras e programas.

Palavras-chave: paradesporto; política pública; pessoa com deficiência; esporte.

¹ A autora informa que é bolsista do programa de demanda social da CAPES, sendo a pesquisa fomentada pela instituição.

Abstract: The article aims to analyze the development of parasports in Brazil based on an integrative review. Since research aimed at the development of parasport is extremely important in relation to academic productions in the area, as well as for the visibility of issues related to the participation of people with disabilities in sport. To answer the proposed question, the following platforms were used: Periódicos Capes, Scientific Electronic Library Online (SciELO) and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). We had 14 works as a sample. From the analysis of the material found, it was possible to identify that the development of parasport is related to three factors, which we call in the text as facilitators, barriers and programs.

Keywords: parasport; public policy; person with disability; sport.

Resumen: El artículo tiene como objetivo analizar el desarrollo de los paradeportes en Brasil a partir de una revisión integradora. Ya que las investigaciones orientadas al desarrollo del paradeporte son de suma importancia en relación con las producciones académicas del área, así como para la visibilización de temas relacionados con la participación de personas con discapacidad en el deporte. Para responder a la pregunta propuesta se utilizaron las siguientes plataformas: Periódicos Capes, Biblioteca Electrónica Científica en Línea (SciELO) y Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD). Tuvimos 14 obras como muestra. A partir del análisis del material encontrado, fue posible identificar que el desarrollo del paradeporte está relacionado con tres factores, que denominamos en el texto facilitadores, barreras y programas.

Palabras Clave: paradeporte; política pública; persona con discapacidad; deporte.

Submetido em: 08/10/2024

Aceito em: 27/01/2025

1 Introdução

Falar sobre paradesporto é algo que podemos considerar um evento moderno. Diferente do esporte no contexto geral, em que a evolução se dá desde a antiguidade, o paradesporto é um fenômeno que, embora não seja recente, evolui de modo constante. Seu surgimento tem como fator principal a reabilitação de lesões provenientes da Segunda Guerra Mundial (Silva, 2017). No Brasil, o advento do desporto voltado para pessoas com deficiência ocorreu através de Robson Sampaio de Almeida e Sergio Serafim Del grande, que buscaram reabilitação nos Estados Unidos, após sofrerem um acidente que os levou à deficiência física. O processo de reabilitação utilizava atividades esportivas e Del grande optou pela modalidade de basquete, na qual se identificou de modo que, ao voltar para o Brasil, funda em São Paulo o clube dos paraplégicos (Araújo, 1997; Costa; Sousa, 2004).

No que diz respeito à evolução “a nível nacional, o desporto para deficientes não se desenvolveu ao mesmo ritmo que o contexto internacional, pois, até meados da década de setenta, os deficientes apenas participavam muito esporadicamente em encontros desportivos” (Freire, 2010, p. 54). A mudança no cenário de crescimento do paradesporto começou “após a participação do Brasil nos Jogos Pan Americanos no México, em 1975, quando se deu início a uma nova fase do EA nacional” (Melo; Fumes, 2013, p. 42). Atualmente, o esporte paralímpico tem se difundido expressivamente.

Antunes (2020, p. 31) destaca que “desde os jogos Paralímpicos no Rio de Janeiro em 2007, percebeu-se o grande potencial dessas modalidades para um público ainda pouco atendido” o que acreditamos ter contribuído para uma maior visibilidade do movimento que, desde então, a cada ano, possibilita uma participação significativa de atletas paralímpicos brasileiros nesses megaeventos. A exemplo, na edição dos jogos paralímpicos de 2024, de acordo com o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), foram convocados 279

atletas brasileiros². Diante disso, acreditamos ser este estudo relevante para o crescimento do paradesporto no país, uma vez que uma pesquisa voltada para o seu desenvolvimento é de extrema importância tanto em relação às produções acadêmicas da área quanto para a visibilidade das questões relacionadas à participação da pessoa com deficiência no esporte.

Para desenvolver essa temática se faz necessário a compreensão do termo desenvolvimento, conceito que por muito tempo esteve ligado apenas ao aspecto econômico de um país (Heidemann, 2014). No entanto, Dallabrida (2017, p. 35), ao tratar da abordagem territorial do desenvolvimento, reitera que este “[...] traz implícita a ideia de transformação e de evolução, pelo fato de incorporar a noção de mudanças de estruturas econômicas, sociais, culturais e tecnológicas”.

Nesse sentido, o desenvolvimento volta-se não apenas para questões econômicas, mas para questões sociais encontradas no território. São nesses aspectos que pautamos o referido estudo, buscando entender como o paradesporto se desenvolve a partir do viés evolutivo, ou seja, como o fenômeno cresce ou se expande no decorrer do tempo e no território – tratando de um recorte específico que, nesse caso, é o Brasil. Porém, para discutirmos sobre esse desenvolvimento é necessário compreendermos que:

[o] desenvolvimento esportivo é assim um conceito amplo que abrange o esporte para diferentes populações (independente de idade, gênero, etnia, religião, classe social e deficiência), praticado em diferentes níveis (da iniciação esportiva ao alto rendimento) e em diferentes espaços (escolas, clubes, parques, projetos sociais) (Schumacher, 2022, p. 16).

É a partir desse entendimento, de que o desenvolvimento esportivo envolve vários fatores, que pensamos na importância de investigar o desenvolvimento do paradesporto. Por se tratar de um movimento que está em constante crescimento, mas que já detém

2 Informações retiradas do site do Comitê Paralímpico Brasileiro. Disponível em: <https://cpb.org.br/noticias/brasil-tera-280-atletas-nos-jogos-paralimpicos-de-paris-2024-lista-e-completa-nesta-quinta-feira>

muita importância social, visto que o esporte traz variados benefícios à vida dos sujeitos, excepcionalmente na vida das pessoas com deficiência, pensamos na seguinte questão problema: como se desenvolve o Paradesporto no Brasil? E, para responder a essa questão, formulamos o seguinte objetivo: analisar o desenvolvimento do paradesporto a nível nacional, partindo da hipótese de que esse desenvolvimento pode se dar a partir de múltiplos indicadores que podem fazer com que essa modalidade avance ou não.

2 Método

Trata-se de uma revisão integrativa, que, segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 127) “[...] é uma abordagem que permite a inclusão de estudos que adotam diversas metodologias (ou seja, experimental e de pesquisa não experimental)”. O método deve passar por 6 etapas: definição do tema e problema; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão da fonte; identificação dos estudos a serem considerados; categorização desses estudos; análise dos resultados obtidos nas fontes selecionadas e, por fim, apresentação desses resultados (Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

Seguindo o protocolo da revisão, iniciamos com a formulação de uma questão problema a qual destacamos: “como se desenvolve o paradesporto no Brasil?”, para responder a essa questão traçamos o seguinte objetivo “analisar o desenvolvimento do paradesporto a nível nacional”. Para responder a essa questão, de acordo com o método da revisão, é necessário realizar uma busca de estudo, portanto, utilizamos as plataformas: Periódicos Capes, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na qual foram utilizadas as palavras-chave: “política pública”, “paradesporto”, “pessoa com deficiência” e “esporte”. Para a aplicação nas plataformas, os termos foram cruzados da seguinte maneira: política pública e paradesporto, e pessoa com deficiência e esporte. A busca das palavras usando o operador booleano *AND* entre os dois termos foi a estratégia que melhor se adequou para encontrarmos mais estudos referente à temática. Para o refinamento da busca, apli-

camos os seguintes critérios de inclusão: trabalhos realizados nos últimos 10 anos, em língua portuguesa, e que tenham o paradesporto como objeto de estudo, sendo escolhidos trabalhos do tipo artigos, dissertações e teses. Como critério de exclusão consideramos: trabalhos duplicados, trabalhos que fogem à temática e artigos de revisão.

Figura I – fluxograma representativo da seleção dos trabalhos



Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Como está posto na figura I, no periódico Capes encontramos 264 trabalhos. Desse quantitativo foram excluídos 34 artigos duplicados, restando 230 que, a partir da leitura dos títulos e a não identificação com o tema paradesporto, 196 foram excluídos, restando 34, que foram submetidos à análise dos resumos. A partir desse momento, foram excluídos 9 trabalhos que também não se

adequaram ao objetivo da referida pesquisa e, por último, os 25 trabalhos que restaram foram submetidos a uma leitura minuciosa e encontramos 8 trabalhos que de fato podiam contribuir para a pesquisa em questão.

No BDTD, foram encontrados 139 trabalhos. Desse total, 7 foram eliminados por estarem duplicados, restando 132, que, ao serem submetidos a mais uma análise, tiveram 103 itens descartados a partir do tema, totalizando 29 trabalhos. Ao serem submetidos a mais uma análise voltada aos resultados das pesquisas, foram excluídos 24 trabalhos, restando 5 trabalhos para compor a amostra.

Já na plataforma SciELO, foram encontrados 6 estudos, excluindo-se 2 por não se enquadrarem dentro dos critérios estabelecidos, um tratava-se de um artigo de revisão e o outro não se adequava ao corte temporal. Dos 4 trabalhos restantes, fizemos uma nova análise com o olhar voltado aos resultados e chegamos à conclusão de que apenas 1 faria parte da amostra. Diante disso, temos como amostra 14 estudos que foram analisados de forma minuciosa e interpretados a partir dos seus resultados.

3 Resultados e discussão

Com relação aos trabalhos selecionados, estes estão divididos entre artigos (9), dissertações (4) e teses (1) que, embora aplicados ao critério de inclusão relacionado ao corte temporal de 10 anos, as amostras selecionadas ficaram entre os anos de 2018 e 2023, o que podemos considerar como produções recentes com temáticas sobre a política pública de paradesporto, o desenvolvimento de algumas modalidades paralímpicas, a análise de programas e leis, as discussões voltadas à iniciação esportiva, como também questões relacionadas à inclusão como mostra o quadro 1.

Quadro 1 – Síntese de estudos selecionados

Título	Autores, base de dados e ano	Tipo de estudo	Objetivo
Percepção de atletas do rugby em cadeira de rodas sobre os apoios recebidos para a prática do esporte adaptado	Becerra, Manzini e Martinez, <i>SciELO</i> , 2019	Artigo	Identificar a percepção de atletas do rugby em cadeira de rodas sobre os apoios recebidos para a prática do esporte adaptado.
Esporte e inclusão: um estudo sobre acessibilidade.	Santos, e Pereira, Periódicos Capes, 2023	Artigo	Analisar a acessibilidade arquitetônica e física, que contemplam as relações entre qualificação e funcionalidade das instalações esportivas públicas de Ourinhos-SP.
A trajetória das para-olimpíadas escolares no estado de Minas Gerais de 2009 a 2017	Santos <i>et al.</i> , Periódicos Capes, 2020	Artigo	Analisar a participação dos jogos escolares da delegação do estado de Minas Gerais, assim como verificar as modalidades oferecidas nos regulamentos do Comitê Paralímpico Brasileiro, o quadro de medalhas adquiridas durante os anos de 2009 a 2017, o número de inscritos e a colocação do estado de Minas Gerais na competição.
A natação para a pessoa com deficiência: oferecimento e envolvimento de programas em Campinas e região	Vieira, Periódicos Capes, 2018	Artigo	Analisar o oferecimento e envolvimento de pessoas com deficiência em programas de natação, identificando e caracterizando os tipos de programas existentes.
Satisfação de usuários do programa Superar: avaliação da política pública para pessoas com deficiência	Maciel, Periódicos Capes, 2023	Artigo	Descrever o <i>Programa Superar</i> e avaliar a satisfação de seus usuários.

O Desenvolvimento do Paradesporto no Brasil: uma revisão integrativa

Themis Cristina Mesquita Soares • Maria do Desterro Ciriaco de Souza • Sara Taciana Firmino Bezerra

A iniciação esportiva no esporte paralímpico: o caso do voleibol sentado	Sanchotene, Batalion e Mazo, Periódicos Capes, 2020	Artigo	Averiguar como ocorreu a inserção de atletas da seleção brasileira feminina de voleibol sentado na prática esportiva paralímpica.
Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência	Caravage e Oliver, Periódicos Capes, 2018	Artigo	Compreender como se estruturam as políticas de esporte e lazer para as pessoas com deficiência em dado município, a partir do mapeamento dos espaços, atores e suas inter-relações.
Mapeamento dos programas brasileiros de natação paralímpica	Bredariol, Antunes e Almeida, Periódicos Capes, 2022	Artigo	Mapear os programas brasileiros de natação paralímpica que participam das competições regionais, estaduais e nacionais da modalidade.
Políticas públicas para o paradesporto: programa bolsa-atleta paralímpico no Mato Grosso do Sul/ Brasil	Neves, Silva e Salerno, Periódico Capes, 2022	Artigo	Analisar o Programa Bolsa-A atleta paralímpico no estado de Mato Grosso do Sul, a partir do número de bolsas, modalidades e categorias.
Lei de incentivo ao esporte – Lei 11.438/2006, resultados da implementação na formação de atletas do paradesporto na associação nacional de desporto para deficientes – ANDE	Souza, BDTD, 2021	Dissertação	Saber quantos atletas medalhistas nas modalidades de responsabilidade da Associação Nacional de Desporto para Deficientes – ANDE e consequentemente membros desta entidade tiveram o seu primeiro contato com a atividade esportiva oriunda de projetos da Lei de incentivo ao esporte; Lei nº 11.438 de 2006.
Programas físico-esportivos para pessoas com deficiência: propostas e experiências no estado de São Paulo.	Andrade, BDTD, 2019	Tese	Compreender as possibilidades de participação de pessoas com deficiências em programas físico-esportivos desenvolvidos no estado de São Paulo.

O desenvolvimento do paraciclismo no Brasil	Ferreira, BDTD, 2019	Dissertação	Identificar e discutir o desenvolvimento do Paraciclismo como modalidade Paralímpica no Brasil na ótica dos técnicos, dirigentes e atletas do alto nível da modalidade.
Análise de processos de gestão das entidades nacionais de administração do desporto paralímpico no Brasil	Freire, BDTD, 2020	Dissertação	Diagnosticar os atuais processos de gestão esportiva do desporto paralímpico brasileiro
Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência no município de Belo Horizonte - MG: desafios múltiplos para a garantia dos direitos.	Oliveira, BDTD, 2020	Dissertação	Analisar a implementação das políticas públicas de esportes e lazer para pessoas com deficiência no município de Belo Horizonte – MG.

Fonte: Souza; Soares (2024).

Seguindo as fases que compõem a revisão integrativa, chegamos à categorização a partir dos dados coletados. Após a leitura na íntegra dos artigos, buscou-se fazer uma pré-seleção dos elementos que poderiam responder à problemática do estudo e, com isso, montamos o método que se chama matriz de síntese, que nada mais é do que uma cotização de elementos relevantes dentro do material selecionado, contribuindo para as categorias de análise que serão criadas, de modo que, “em suma, a matriz deve conter informações sobre aspectos da investigação e permitir que o pesquisador tenha uma visão geral de dados relacionados a um desempenho de certos pontos” (Cunha; Cunha; Alves, 2014, p. 39). A partir da matriz, encontramos elementos comuns nos resultados dos trabalhos selecionados. Com suporte nisso agrupamos esses temas que, de forma seguinte, deram origem às seguintes categorias: facilitadores do desenvolvimento, barreiras do desenvolvimento e programas.

No que diz respeito à primeira categoria, foi identificado com frequência nos trabalhos analisados que os Jogos escolares e as parcerias tornam-se facilitadores do desenvolvimento do paradesporto, uma vez que estes são apresentados como elementos cruciais. Nesse sentido, Santos *et al.* (2020), no seu trabalho intitulado “A trajetória das parolimpíadas escolares no estado de Minas Gerais de 2009 a 2017”, ao analisar a participação dos jogos escolares no Estado, destacam uma participação exitosa nos jogos, concluindo que “os jogos são celeiros para futuros atletas e o estado de Minas Gerais tem consequentemente contribuído para o fomento do esporte paralímpico brasileiro, com atletas que atuam nas respectivas seleções e modalidades paralímpicas” (Santos *et al.*, 2020, p. 9).

É evidente a importância dos jogos escolares, haja vista que eles possibilitam não só a descoberta de novos atletas, mas também um incentivo para que outras crianças e outros jovens com deficiência queiram participar das atividades esportivas, o que é possível através da educação física escolar. O que Sanchotene, Bataglione e Mazo (2020) constataam no estudo “A iniciação esportiva no esporte paralímpico: o caso do voleibol sentado”, ao analisarem a inserção de atletas da seleção brasileira no voleibol sentado, é que todas as atletas entrevistadas reconhecem, a partir de suas experiências anteriores, que a educação física escolar tem potencial de fortalecer o processo de iniciação esportiva para PcD. Nessa perspectiva, entendemos que os jogos escolares além de facilitar a evolução do paradesporto, são a base de todo o processo, uma vez que a criança com deficiência pode ter a oportunidade de conhecer e vivenciar o esporte adaptado na escola e, consequentemente, continuar a praticá-lo. Silva *et al.* (2024, p. 4) corroboram com essa ideia ao afirmarem que:

[...] para que o esporte praticado por pessoas com deficiência cresça ainda mais no país, uma das possibilidades seria investir no esporte de base, que a priori deve ser inicializado nas escolas sem fins de desempenho, geralmente vinculados às aulas de educação física ou a projetos de esporte e atividade física escolar (Silva *et al.*, 2024, p. 4).

No que diz respeito às parcerias, ao serem postas em destaque, no estudo “políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência” (Caravage; Oliver, 2018) evidenciou-se que um dos pontos que acrescentam ao desenvolvimento são as parcerias, no caso da pesquisa, essa se deu entre as ações do município e uma associação, como destaca “o atletismo acontecia em parceria com a Associação de Atletismo local, que recebia repasses financeiros da secretaria, verbas parlamentares e patrocínios para a manutenção das atividades. A natação era realizada em clube, parceiro da SMEL na cessão do espaço físico” (Caravage; Oliver, 2018, p. 995). Na pesquisa intitulada “Programas físico-esportivos para pessoas com deficiência: propostas e experiências no estado de São Paulo” destaca-se as ações do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) para a criação de centros de referências em parceria com as universidades. O que cabe destacar é que as parcerias acontecem de múltiplas formas, seja entre as secretarias dos municípios e associações seja entre clubes ou outras entidades governamentais ou não, o fato é que essas ações conjuntas tendem a fomentar o avanço do paradesporto.

À vista disso, “a estratégia do CPB ao criar os Centros de Referência em parceria com universidades e órgãos públicos estaduais e municipais permite a descentralização das ações e a maior possibilidade de acesso a serviços de qualidade e a profissionais capacitados” (Andrade, 2019, p. 104). Pensamos que a partir da criação de mais centros maiores são as chances de se ter crianças, jovens e adultos inseridos no paradesporto. Pensar essas parcerias é oportunizar o acesso de PcD ao esporte, considerando que isso não se faz só, é necessário o auxílio financeiro que, muitas vezes, o próprio governo ou outras instituições fomentam ou até mesmo dispõem de um espaço apropriado para a prática. Um exemplo disso seria a criação dos centros de referência que, em parceria com universidades, conseguem equipamentos como piscina, quadras poliesportivas e, até mesmo, profissionais para auxiliarem, o que evidencia ainda mais que as parcerias firmadas têm a capacidade de elevar a prática paradesportiva em qualquer contexto que estejam inseridas.

Com relação à segunda categoria denominada “barreiras”, detectamos que para além dos pontos que possibilitam o avanço do paradesporto nacional, é evidente que existem elementos que impossibilitam ou dificultam esse progresso, e dentro dos materiais pesquisados são apresentados fatores ligados à acessibilidade e relacionados aos recursos financeiros. No estudo “Percepção de atletas do rugby em cadeira de rodas sobre os apoios recebidos para a prática do esporte adaptado”, Becerra, Manzini e Martinez (2019, p. 625), em seus resultados, destacam que “a falta de acessibilidade e problemas financeiros apresentou-se como os maiores obstáculos para a prática do RCR, demandando ações governamentais”, essas barreiras referem-se à falta de recurso financeiro para que o atleta consiga se manter enquanto praticante, e de adequações nos equipamentos esportivos, como rampas de acesso às quadras (Becerra; Manzini; Martinez, 2019).

No artigo “Esporte e inclusão: um estudo sobre acessibilidade”, Santos e Pereira (2023), ao analisarem instalações públicas esportivas de um município do Estado de São Paulo, observaram várias falhas em relação à acessibilidade, como rampas inadequadas, falta de corrimão nas escadas, falta de sinalização tátil, assim como bebedouros, chuveiros entre outros aparelhos. Assim, “considerando a forma com que essas instalações se encontram é possível que estes espaços não estejam sendo usufruídos pela população em estudo, visto que as inadequações dificultam tanto o acesso, o deslocamento no seu interior e consequentemente o seu uso” (Santos; Pereira, 2023, p. 200). Como aponta Marciel *et al.* (2023, p. 9):

Para superar essas barreiras é fundamental realizar as devidas alterações estruturais, não apenas nos espaços e equipamentos de lazer, mas também, ao acesso em seu entorno e na mobilidade urbana que permita uma maior facilidade dessas pessoas e/ou dos responsáveis que as conduzem a esses locais.

É por esse motivo que se acredita que esses aspectos se tornam barreiras graves, tendo em vista que, por essas inadequações

nos espaços, a PcD pode não só ser impedida de acessar esses equipamentos esportivos com qualidade como também não praticar algum esporte desejado pela falta de acessibilidade. Acerca do recurso financeiro, destaca-se o estudo de Ferreira (2019) ao pesquisar o desenvolvimento do paraciclismo no Brasil, evidenciando que uma das dificuldades apresentadas pelos técnicos pesquisados com relação ao desenvolvimento do paraciclismo é a falta de recurso, na medida em que tanto o apoio governamental quanto os patrocínios privados não são suficientes, de igual modo um dos atletas participantes da pesquisa destaca a falta de patrocínios e a dificuldade financeira (Ferreira, 2019). Becerra, Manzini e Martinez (2019) apresentam em seu estudo com atletas de Rugby em cadeiras de rodas que o primeiro obstáculo mais citado pelos participantes foi a falta de apoio financeiro, seguido da falta de acessibilidade (Becerra; Manzini; Martinez, 2019). Essa falta ou pouca distribuição de recursos financeiros no esporte pode se dar por múltiplos fatores, entre eles a priorização do governo vigente. Marques *et al.* (2021, p. 3) evidencia isso ao afirmar que “após o impeachment da Presidenta Dilma, em agosto de 2016, ao longo do Governo Temer (2016 a 2018) e início do Governo Bolsonaro (2019 a 2020), ocorreram mudanças na legislação e na organização do esporte brasileiro, que parecem ter impactado na conformação do financiamento público para o esporte.”

No que se refere à última categoria de análise “programas”, evidenciamos o estudo de Oliveira (2020) ao investigar as ações de esporte e lazer desenvolvidas pela prefeitura de Belo Horizonte nos anos de 2017 a 2019. O autor cita 5 programas com atividades permanentes, entre eles o *Programa Superar*, “O programa foi criado em 1994, com a proposta de elaborar, coordenar, executar e supervisionar políticas públicas de esportes e lazer destinadas às pessoas com deficiência em Belo Horizonte” (Oliveira, 2020, p. 56).

Outras pesquisas também destacam a relevância do programa. Maciel *et al.* (2023, p. 8) afirma que “[...] o Programa Superar executa uma política pública de fomento ao desenvolvimento de esportes e lazer seguindo uma perspectiva inclusiva, com ações específicas

para PcD.” Feita uma análise de satisfação com relação ao programa, o estudo destaca que 68% dos usuários avaliaram de forma positiva o programa (Maciel *et al.*, 2023). Becerra, Manzini e Martinez (2019, p. 619) também mencionam o programa a partir do relato de um pesquisado ao identificarem que ele teve acesso ao esporte adaptado a partir do *Programa Superar*, desenvolvido no município.

Outros programas que ganham destaque nos estudos selecionados é o Bolsa Atleta, na investigação de Neves, Silva e Salerno (2022), no qual teve como objetivo analisar o referido programa no estado do Mato Grosso do Sul. É possível perceber a importância do programa, assim como algumas ressalvas, com relação à distribuição e o declínio em um período, como destaca:

[...] o cancelamento do edital de bolsas e a ausência de investimento durante o ano de 2020 em decorrência da pandemia da covid-19 e da prioridade do governo, o que demonstrou uma desvalorização da profissão de atleta, que faz planejamento a longo prazo para participação em competições (Neves; Silva; Salerno, 2022, p. 11).

Por último, ressaltamos a Lei de incentivo ao esporte na dissertação de Souza (2021) tendo como tema “Lei de Incentivo ao Esporte – lei 11.438/2006, resultados da implementação na formação de atletas do paradesporto na associação nacional de desporto para deficientes – ANDE”. Ao investigar os beneficiados no programa ANDE, o autor destaca o número de 27 atletas e, desses, 14 estão no Hall de medalhistas. Diante disso, entende-se que, “[...], o programa LIE se mostrou grande ferramenta de garantia do esporte como direito social e uma obrigação constitucional do Estado Brasileiro” (Souza, 2021, p. 87), o que demonstra que para além das barreiras e dificuldades destacadas nos estudos, programas desse porte fomentam a permanência do paratleta e, consequentemente, o desenvolvimento do paradesporto.

4 Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo analisar o desenvolvimento do paradesporto a nível nacional e, no que diz respeito a esse objetivo, evidenciamos que este acontece, entretanto, com alguns obstáculos que supomos dificultar o avanço do paradesporto; desenvolvimento esse que, como mencionado anteriormente, tem respaldo na perspectiva territorial, levando em consideração não o aspecto econômico, mas evolutivo e expansionista da prática. Dessa maneira, as categorias elencadas mostram, por um lado, como o paradesporto se desenvolve no país através do que está posto como facilitadores e, por outro lado, tem o viés citado como “barreiras”, elencando o que pode dificultar o seu avanço.

Para tratar esse objeto, destacamos as três categorias encontradas a partir da leitura dos trabalhos: facilitadores do desenvolvimento, barreiras do desenvolvimento e programas. No que diz respeito aos facilitadores, identificamos que os jogos escolares são primordiais tanto para a iniciação da criança e do jovem na prática paradesportiva como para o descobrimento de novos atletas; e também as parcerias, que podem se dar a partir de ações vindas das secretarias dos municípios, como também entre associações, clubes, universidades e outros órgãos públicos. Quanto às barreiras, foram encontradas a falta de acessibilidade e a falta ou pouco financiamento. Podemos concluir que apesar desses entraves, o desenvolvimento acontece, embora não seja ainda de uma forma avassaladora.

Pontuamos como contribuintes os programas voltados à prática esportiva de pessoas com deficiência, o programa Bolsa Atleta e o incentivo através da Lei de Incentivo ao Esporte, que se tornam o diferencial no que diz respeito ao desenvolvimento do paradesporto no Brasil. Quanto às barreiras, para que esse desenvolvimento aconteça, entendemos que algo precisa ser modificado, e o fato de identificá-las através desse estudo serve como indagação e incentivo para que ações sejam pensadas para eliminá-las e para, assim, ser possível um desenvolvimento efetivo do paradesporto no Brasil.

Diante disso, entende-se que pesquisar e evidenciar esses elementos podem contribuir para que se tenham uma análise inicial de como se encontra o desenvolvimento do paradesporto no Brasil, podendo também contribuir para o aprofundamento dessa análise e para que outras pesquisas sejam realizadas e, consequentemente, pensadas novas soluções em prol da contiguidade crescente do paradesporto nacional.

Referências

ANDRADE, A. C. **Programas físico-esportivos para pessoas com deficiência: propostas e experiências no estado de São Paulo**. 2019. 162 f. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional) – Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_e8e667608ddbd3255d13dbb1f6d19741. Acesso em: 10 fev. 2025.

ANTUNES, M. M. O esporte adaptado na escola: reflexões a partir da produção acadêmica nacional. **e-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 20, p. 30-42, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2020.42690>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/42690>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ARAÚJO, P. F. **Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade**. 1997. 140 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1997.114168>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/114168>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BECERRA, M. A. G.; MANZINI, M. G.; MARTINEZ, C. M. S. Percepção de atletas do rugby em cadeira de rodas sobre os apoios recebidos para a prática do esporte adaptado. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 27, n. 3, p. 615-627, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1662>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/66XqhbnLMKphJcwQH8DMfVy/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BREDARIOL, B.; ANTUNES, Marcelo Moreira; DE ALMEIDA, José Julio Gavião. Mapeamento dos programas brasileiros de natação paralímpica. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 7, e-7004, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22408/rev702022668e-7004>. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/668>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CARAVAGE, A.; OLIVER, F. C. Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 987-1000, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.73957>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/W6ZSWTkFFzCCY6DJR7H4FFr/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

COSTA, A. M.; SOUSA, S. B. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, 2004. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/236>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CUNHA, P. L. P.; CUNHA, C. S.; ALVES, P. F. **Manual revisão bibliográfica sistemática integrativa**: a pesquisa baseada em evidências. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014.

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento dos lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: Editora CRV, 2017.

FERREIRA, M. **O desenvolvimento do paraciclismo no Brasil**. 2019. 81 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2019.1094467>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1094467>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FREIRE, J. R. A. P. **Análise de processos de gestão das entidades nacionais de administração do desporto paralímpico no Brasil**. 2020. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_0d3da2e7b39ca16846e5503ad7686c09. Acesso em: 10 de fev. 2025

FREIRE, M. F. **A inclusão através do desporto adaptado: o caso português do basquetebol em cadeira de rodas**. 2010. 311 f. Dissertação (Mestrado em Exercício e Saúde em Populações Especiais) – Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra, Portugal, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/17570>. Acesso em: 10 fev. 2025

HEIDEMANN, F. G. do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Universidade de Brasília, 3. ed., 2014. p. 23-49

MACIEL, M. G.; MENDES, M. M; IVO, A. M. S.; VIDIGAL, J. M. S.; LÔBO, I. L. B. Satisfação de usuários do programa Superar: avaliação da política pública para pessoas com deficiência. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 35, n. 66, p. 1-21, 2023. DOI: 10.5007/2175-8042.2023.e90719. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/90719>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MARQUES, L. M. M. Financiamento do esporte no Brasil: análise acerca das mudanças recentes na configuração dos repasses de recursos das loterias federais. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [s. l.], v. 43, p. e005621, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e005621>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/8kxrvwRvcqbmWQQ5m4WDzZx/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MELO, F. A. P.; FUMES, N. L. F. O Esporte Adaptado no Município de Maceió/AL: Des/Caminhos Traçados Pelas Políticas Públicas. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v. 14, n. 2, p. 41-48, 2013. DOI: 10.36311/2674-8681.2013.v14n2.3614. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/3614..> Acesso em: 10 fev. 2025.

NEVES, L. H. D. V.; SILVA, D. S.; SALERNO, M. B. Políticas públicas para o paradesporto: programa bolsa-atleta paralímpico no Mato Grosso do Sul/Brasil. **Movimento**, Porto Alegre, v. 28, p. e28076, 2022. DOI: 10.22456/1982-8918.121047. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/121047>. Acesso em: 10 fev. 2025.

OLIVEIRA, Débora da Silva. **Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência no município de Belo Horizonte – MG: desafios múltiplos para a garantia dos direitos**. 2020. 105 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/35191>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SANCHOTENE, V. C.; BATAGLION, G. A.; MAZO, J. Z. A iniciação esportiva no esporte paralímpico: o caso do voleibol sentado. **Argumentos**, Montes Claros, v. 17, n. 2, p. 115-138, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.32887/issn.2527-2551v17n2p.115-138>. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/3049>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SANTOS, E. S.; PEREIRA, A. A.; CHIMINTE, C. S.; MORAES, M. M.; JÚNIOR, O. A.; POLITANO, H.; GUEDES, U. I. S.; CARVALHO, A. F.; OLIVEIRA, M. V. A.; PASSOS, R. P.; VILELA JUNIOR, G. B.; PELLEGRINOTTI, Í. L. A trajetória das Paralimpíadas escolares no estado de minas gerais de 2009 a 2017. **Revista CPAQV- Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 1-10, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36692/cpaqv-v12n2-2>. Disponível em: <https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/436>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SANTOS, M. A. G. N.; PEREIRA, M. Esporte e inclusão: um estudo sobre acessibilidade. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 176-206, 2023. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2023.45696>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/45696>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SCHUMACHER, G. B. **Uma análise do desenvolvimento esportivo paralímpico para pessoas com deficiência visual no Rio Grande do Sul**. 2022. 129 f. Tese (Doutorado em Ciência do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/256314>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SILVA, E. A. G. **Projeto paralimpíadas escolares:** intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/47150>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SILVA, V. T. M. CARMO, B. C. M.; CARDOSO, I. O.; SILVA, M. A. E. O processo histórico de constituição de políticas públicas de fomento ao paradesporto escolar no Brasil. **SciELO Preprints**, [s. l.], 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9137>. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/9137>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SOUZA, J. D. B. G. **Lei de incentivo ao esporte – Lei 11.438/2006, resultados da implementação na formação de atletas do paradesporto na associação nacional de desporto para deficientes-ANDE.** 2021. 95 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/30311>. Acesso em: 10 fev. 2025.

VIEIRA, M. C. A natação para a pessoa com deficiência: oferecimento e envolvimento de programas em Campinas e região. **Conexões**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 199-212, 2018. DOI: 10.20396/conex.v16i2.8650641. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8650641>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.